



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 06

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE

MARÇO DE DOIS MIL E DEZASSETE.

----- Aos vinete e dois dias do mês de Março do ano de dois mil e dezasse-
te, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara**
Municipal sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de**
Matos, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Hugo de Sousa**
Marques Carreiras e **Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade justificar a falta dos **Senhores**
Vereadores Marco Filipe Barreiros Pires e **João Filipe Chaveiro Libório**, por
se encontrar de férias e por motivos da vida particular, respetivamente. -----

- **Período antes da Ordem do Dia:** Não houve público presente. -----

- **Aprovação da acta da reunião anterior:** Eram dez horas, o **Senhor Presi-**
dente, Luis Simão Duarte de Matos, declarou aberta a reunião após o que foi
lida e assinada a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta.--

- **Aprovação da Ordem de Trabalhos da presente reunião:** -----

- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a
qual foi aprovada por unanimidade. -----

- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO - PROCESSO L 1/2015**
- RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DE

CAUÇÃO: Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando
que através de requerimento apresentado por **Lúcia Maria do Rio Nogueira**
Pinto foi solicitada a receção provisória das obras de urbanização da operação

de loteamento titulada pelo alvará de loteamento n.º 1/2016, nos termos do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, bem como a redução de 90% do valor total da caução prestada, nos termos do artigo 54.º do supracitado diploma, atendendo a que as obras se encontram concluídas. -----

A vistoria para receção provisória das obras de urbanização foi efetuada em 15/03/2017, conforme consta do relatório em anexo. Verificou-se a execução de trabalhos em conformidade com os projetos de especialidade aprovados, estando assim reunidas as condições necessárias para a realização da receção provisória das obras de urbanização. -----

De acordo com o disposto no n.º 4 e n.º 5 do artigo 54.º do diploma supra referido, poderá o montante inicial da caução prestada mediante depósito bancário na Caixa Geral de Depósitos, no valor de **35.261,65 €, trinta e cinco mil duzentos e sessenta e um euros e sessenta e cinco cêntimos**, ser **reduzido** para o valor de **3.526,17 €, três mil quinhentos e vinte seis euros e dezasse-
te cêntimos**. -----

Face ao exposto, propõe-se que seja tomada deliberação em conformidade. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, deliberou por unanimidade deferir o pedido de receção provisória das referidas obras, bem como reduzir o montante inicial da caução prestada mediante depósito bancário na Caixa Geral de Depósitos, no valor de **35.261,65 €, trinta e cinco mil duzentos e sessenta e um euros e sessenta e cinco cêntimos**, para o valor de **3.526,17 €, três mil quinhentos e vinte seis euros e dezassete cêntimos**.-----

----- **Ponto um - dois: EMISSÃO DE CERTIDÃO - ISENÇÃO DE LICENÇA**

DE UTILIZAÇÃO: Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado requerimento por **Lúcia Maria Rio Nogueira Pinto**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio situado na Quinta Seca - Boavista, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1835 da freguesia de Mora, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3099-P da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 152,60 m2. -----

O local está atualmente inserido no perímetro urbano da sede de concelho, mas tal não se verificava antes do Plano Diretor Municipal vigente, publicado em 8/2/2008. Assim, e antes desta data, o local estaria fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho. Como tal, para a emissão da certidão requerida é necessário comprovar-se que o imóvel foi construído em data anterior a 29/06/87, em conformidade com o previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização.--

Analisados os documentos apresentados, presumiu-se que a atribuição do artigo em causa se deveu à execução da operação de loteamento titulada pelo alvará n.º1/2016 e que a construção existente neste lote corresponderia ao artigo matricial 2986. Foi solicitado ao Serviço de Finanças de Mora confirmação do entendimento e indicação da data de construção do imóvel. A entidade informou que o prédio urbano inscrito sob o artigo 2986 da freguesia de Mora foi inscrito com base em declaração Mod. 1 do **IMI** apresentada pelo proprietário em 22/06/2010, declarando o mesmo que o referido prédio estava omissa na matriz e que a construção teria 70 anos. -----

Para além disso, a requerente aditou posteriormente uma fotografia área de

1982 impressa pela **DGT**, em que já se verifica a existência de construções no local em causa. -----

Sendo assim, e com base nos elementos referidos, afigura-se que o imóvel tenha sido edificado em data anterior à da entrada em vigor do **Plano Diretor Municipal**, cuja ratificação é de 29/06/1987, situando-se fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho e não existindo prova de qualquer deliberação municipal que tornasse extensivo o regime de licenciamento introduzido pelo **RGEU** àquele local. Assim, em conformidade com o artigo 4.º do **Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização**, não seria obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização à data da sua construção, pelo que se submete a decisão o deferimento da pretensão. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

----- **Ponto um - três: TERRENO DAS PISCINAS MUNICIPAIS - DESTAQUE:**

Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que em conformidade com escritura realizada em 21/10/1977 o **Município de Mora** adquiriu ao **Sr. José Leal Franco** uma parcela de terreno com **52108 m²**, para construção de um bairro habitacional da **CHE Morense** e que foi desanexado do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 562 a folhas 131 verso do livro B-2 e nela registado a seu favor sob os n.os 508 e 509 a folhas 180 e 181 do livro G-2, estando inscrito na Matriz Cadastral da freguesia de Mora, sob o **artigo 222, Secção A**.-----

Em parte desse terreno, com a área de **4075,00 m²** e que se encontra fisicamente separada do restante pela Rua Conquistas de Abril, sita a Nascente e

Sul, foram construídas as **Piscinas Municipais** e respetivos equipamentos de apoio, cuja inauguração decorreu em 1995, tendo sido efetuada a sua inscrição na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 2451**. -----

Com vista à sua inscrição na Conservatória do **Registo Predial de Mora**, verificou-se que o terreno ainda se encontra integrado na parcela inicialmente adquirida. -----

Pelo exposto, considerando que o terreno das **Piscinas Municipais** se encontra fisicamente separado da parcela de terreno adquirida pelo município e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro com a redação do DL n.º 136/2014 de 9 de setembro proponho que seja autorizado o destaque de uma parcela de terreno com a área de 4075,00 m² destinada à construção das **Piscinas Municipais**, confrontando: -----

A **Norte** com António Maria de Castro Franco; -----

A **Sul** com Rua Conquistas de Abril; -----

A **Nascente** com a Rua Conquistas de Abril; -----

A **Poente** com António Maria de Castro Franco. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, o destaque de uma parcela de terreno com a área de 4075,00 m² destinada à construção das Piscinas Municipais, com as seguintes confrontações: -----

- **Norte** com António Maria de Castro Franco; -----

- **Sul** com Rua Conquistas de Abril; -----

- **Nascente** com a Rua Conquistas de Abril; -----

- **Poente** com António Maria de Castro Franco. -----

----- **Ponto um - quatro: PROCEDIMENTO TIPO POR CONCURSO PÚBLI-**

**CO “REQUALIFICAÇÃO DA ZONA DE RECREIO DA ESCOLA DE MORA-
APROVAÇÃO DO CÁLCULO DEFINITIVO DA REVISÃO DE PREÇOS:**

Pre-
sente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que a **emprei-
tada "Requalificação da zona de recreio da escola de Mora"** encontra-se
concluída desde 29-06-2016 (data do auto de receção provisória). -----

Ao abrigo do artigo 300.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as
alterações introduzidas pela lei vigente, procedeu-se ao cálculo definitivo da
revisão de preços referente aos trabalhos da empreitada em epígrafe, tendo
sido apurado o montante de 0,00€ (s/ IVA). -----

Em anexo à presente informação, apresenta-se o respetivo cálculo da revisão
de preços. -----

Face ao exposto somos a solicitar a aprovação do documento “**Cálculo defini-
tivo da Revisão de Preços**” que se encontra em anexo à presente informação.

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o documento “**Cál-
culo definitivo da Revisão de Preços**” que se encontra em anexo à presente
informação referente à **empreitada "Requalificação da zona de recreio da
escola de Mora"**. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTU-
RAL:** -----

----- **Ponto dois - um: MOTO CLUBE DE BROTAS - PROPOSTA DE ATRI-
BUIÇÃO DE SUBSÍDIO E DE APOIOS À XXI CONCENTRAÇÃO MOTARD:**

Presente informação da **Unidade de Acção Sócio Cultural** informando ao abri-
go do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de
setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo
Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos

exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 13, 14, 15 e 18. -----

Na sequência comunicação recebida (em anexo) e da reunião realizada no passado dia 6 de Fevereiro, vimos propor a atribuição de um subsídio de **3.000,00€, três mil euros**, destinado a custear parte das despesas com a **XXI Concentração Motard de Brotas**, a realizar nos próximos dias 2, 3, e 4 de Junho, bem como os seguintes apoios: -----

- 150 Cadeiras; -----
- 35 Mesas; -----
- 25 Mesas com bancos; -----
- Palco Completo; -----
- 8 Contentores de 800L; -----
- Sacos Lixo; -----
- 2 Rolos Fita Sinalética; -----
- 2 Wc's Contentores; -----
- Eletricidade e serviço de electricista; -----
- Pontos de Agua; -----
- Montagem estrutura de ferro com rede sombreamento; -----
- 150 Cartazes; -----
- 15 Baías; -----

Nos espectáculos a realizar durante a **XXI Concentração Motard de Brotas** os portadores do **Cartão Municipal do Idoso** não pagarão entrada. -----

A **Câmara Municipal** analisou a proposta e deliberou por unanimidade conceder o referido subsídio no valor de **3.000,00€, três mil euros**, bem como o apoio solicitado, nos termos da presente proposta, ao **Motoclube de Brotas**, destina-

do a apoiar a realização da **XXI Concentração Motard de Brotas**, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora**, em vigor.-----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **2.292.584,50 €**, **dois milhões duzentos e noventa e dois mil quinhentos e oitenta e quatro euros e cinquenta cêntimos**, e **Dotações não Orçamentais** no valor de **17.321,31 €**, **dezassete mil trezentos e vinte e um euros e trinta e um cêntimos**. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **45.046,63€**, **quarenta e cinco mil e quarenta e seis euros e sessenta e três cêntimos**. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A Câmara Municipal tomou conhecimento dos seguintes **despachos** do Senhor Presidente: -----

Em que determinou, que o prazo para apresentação das propostas, referente ao procedimento por ajuste directo para a execução da "Empreitada de Ampliação de Infraestruturas do Loteamento Municipal da Quinta das Sesmarias", seja prorrogado pelo período de 10 dias (consecutivos), pelos motivos invocados anteriormente. -----

- **Em que determinou** adjudicar à firma Astel - Comércio de Equipamentos Industriais, Lda. a Aquisição de 2 Dumpers, conforme sua proposta referência 43/2017 - JD/ML, pelo valor de 57.000,00 €, mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos.-----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou** abrir procedimento tipo Ajuste Direto para execução do "Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Concelho de Mora (PED-MOR)/Alteração por Adaptação do PDM de Mora ao POAG", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de vinte nove de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 15 dias, após a publicação na plataforma electrónica em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que seja consultada a seguinte empresa: -----
Planning All - Urbanismo, Mobilidade e Ambiente, Unipessoal Lda..-----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. ----
O valor base do procedimento é de 46.000,00 €. -----

- **Em que determinou** abrir procedimento tipo Ajuste Direto para contratação do Espectáculo para o 25 de Abril - Artista: Sérgio Godinho; Palco: camião palco com 14mts x 9 mts x 7 mts (altura); Gerador - silencioso e com aceleração automática - 185KWA; Som, luz e estrados - de acordo com rider técnico do

artista; Dormidas e refeições de equipas e artistas, catering, águas, nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de vinte nove de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 08 dias, após a publicação na plataforma electrónica em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos.-----

Mais determinou que seja consultada a seguinte empresa:-----

Paulo Albino & Ricardo Albino, Lda..-----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos.-----

O valor base do procedimento é de 15.500,00 €. -----

- **Em que determinou** abrir Procedimento Tipo Ajuste Direto para execução da empreitada de Retificação das Instalações Elétricas do Pavilhão de Exposições e Auditório Municipal de Mora, nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de vinte nove de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 15 dias, após a publicação na plataforma eletrónica em conformidade com os Projetos, Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

J. Henrique Coelho, Lda.; -----

J.J. Tomé, S.A.; -----

H2WATT., Lda.; -----

Vitalvolt - Instalações Elétricas Lda.. -----

Determinou também aprovar os Projetos, Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

Mais determinou que o júri do presente procedimento seja constituído pelos Senhores, Vereador Marco Filipe Barreiros Pires, Engenheiro António Godinho Mourão Costa e Engenheiro João Miguel Caramujo Ramos Endrenço, sendo Presidente do mesmo o Senhor Vereador Marco Filipe Barreiros Pires, como

membros efetivos e os Senhores Vereador Hugo de Sousa Marques Carreiras e Arquiteto Vitor da Silva Mendes, como membros suplentes.-----

O valor base do procedimento é de 12.000,00 €. -----

Em que determinou adjudicar à firma J. Henrique Coelho, Lda., a Execução da "Empreitada de Ampliação de Infraestruturas do Loteamento Municipal da Quinta das Sesmarias", pelo valor de 13.308,35 €, mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

----- **Ponto cinco - dois: CEDÊNCIA DE TRANSPORTES:** Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** dando cumprimento ao estipulado no **Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora**, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência de transporte às seguintes Instituições: -----

- **Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Mora**, no dia 30 de Março, para uma deslocação a Évora (ofício em anexo);-----

- **Câmara Municipal de Avis**, no dia 31 de Março, para apoio no transporte dos idosos e reformados do seu concelho para as comemorações da Associação de Solidariedade de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Avis (email's em anexo); -----

- **Escola EB 2,3/S de Mora**, no dia 19 de Abril, para uma deslocação da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa (email em anexo); -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **aprovar** a cedência de transporte às Instituições acima referidas. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.--

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram onze horas e cinco minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercen-
do funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por
deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, reali-
zada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-